

ÉTICA DA COMPAIXÃO NO PENSAMENTO DE SCHOPENHAUER

Manuel Katchingangu Singue¹

Osmar Ponchirolli²

RESUMO

Neste presente artigo, buscamos tecer algumas considerações da ética da compaixão de Schopenhauer³. Apresentamos a sua teoria do conhecimento, onde o filósofo apresenta o mundo como sendo a representação de um sujeito cognoscente, e que com o desaparecimento mesmo desse sujeito não é possível conhecer o mundo. Trazemos também algumas críticas proferidas pelo filósofo ao sistema ético kantiano. O filósofo critica a ética do dever, que submete as ações humanas a leis estabelecidas pela razão que aparecem como imperativo-categórico desenvolvido por Kant (1724-1804). No final, mostramos o sistema ético de Schopenhauer, fundado no sentimento da compaixão, na negação da própria vontade para entender o sofrimento do outro e alcançar a unidade entre os seres.

Palavras-chave: Representação. Sujeito Cognoscente. Ética da Compaixão.

¹ Aluno do 6º período do curso de Filosofia pelo Instituto de Filosofia São Boaventura da FAE Centro Universitário. *E-mail*: manuelksingue@gmail.com

² Orientador da pesquisa. Mestre e Doutor pela Universidade Federal de Santa Catarina. Filósofo. Teólogo. Licenciado em História e Sociologia. Professor da FAE Centro Universitário. *E-mail*: ponchirolli1965@gmail.com

³ Filósofo existencialista. Considera o sofrimento como sendo a questão central da existência. Nasceu em Danzig, atual Gdansk, na Polônia (1788-1860).

INTRODUÇÃO

No presente trabalho buscamos discutir a partir da obra *o mundo como vontade e como representação* de Arthur Schopenhauer. Nos focamos na I parte do livro, onde buscamos fazer algumas considerações sobre a sua teoria do conhecimento, a relação que há entre o sujeito e objeto e como se dá o conhecimento do mundo. E, na IV parte a sua ética. Também trazemos elementos da obra *sobre o fundamento da moral*, onde ele busca apresentar o fundamento da ação moral e, também, algumas críticas à ética de seu mestre, Kant.

Schopenhauer, vê o mundo como sendo a representação de um sujeito e que sem ele o mundo não existe, o desaparecimento do sujeito é também o desaparecimento do mundo. O conhecimento é sempre uma representação, pois, não é possível ao sujeito entrar em contato direto com as coisas do mundo. As categorias tempo, espaço são a causalidade da matéria, ou seja, o que é material é possível num determinado momento e em algum lugar determinado. A ação simultânea do espaço e tempo são responsáveis pelo surgimento do mundo material.

Em seguida, tecemos algumas críticas feitas por Schopenhauer à moral kantiana. Ao contrário de Kant que formula uma teoria ética pautada no dever, o autor de *o mundo*, vai em outra direção, formulando uma ética pautada no sentimento de compaixão. Para Schopenhauer, a razão não pode ditar regras para a conduta humana, já que, a ação é regida por dimensões empíricas, ou seja, é a vontade que leva o homem a agir. O homem é a manifestação concreta da vontade.

No final, apresentamos os fundamentos que estão por trás da ação humana. Schopenhauer vai destacar três elementos que levam o homem a agir como: o egoísmo, a crueldade e a compaixão. Dentre esses elementos a compaixão ganha destaque. O autor destaca a ação moral como sendo aquela que é movida pelo sentimento da compaixão que, por sua vez, estabelece uma integração entre o eu e o tu. Diferente de Kant que apresenta a ação moral pautada somente no dever, desconexa de inclinações de desejos naturais, Schopenhauer valoriza o sentimento na ação ética onde aquele que age participa na vida do receptor da ação que se pratica.

1 MUNDO, REPRESENTAÇÃO DO SUJEITO COGNOSCENTE

Em algum momento da nossa vida, paramos e nos questionamos sobre o lugar que vivemos e como é possível conhecer este mesmo espaço, ou seja, questionamos: o que é o mundo? Nessa senda vários autores deram seu contributo a respeito dessa e de tantas questões que surgem no decorrer da história.

Assim, o filósofo Arthur Schopenhauer, nos empresta o seu contributo em relação à questão acima citada, apresentando o mundo como sendo uma representação de um sujeito. Na sua obra *magna*⁴ “o mundo como vontade e como representação”, Schopenhauer estende um olhar metafísico sobre o mundo.

Para se ter essa compreensão de mundo como representação, nos convém citar um elemento importante que o filósofo desenvolveu e que sem o qual não é possível fazer a representação do mundo. Esse elemento Schopenhauer chama de “Vontade” (*Wille*). Nogueira expressa do seguinte modo esse elemento:

A Vontade humana – o querer – foi ampliada vertiginosamente em sua extensão, constituindo a Vontade no sentido metafísico de face fundadora da realidade, isto é, tudo que existe e somos, independentemente das formas da representação. (NOGUEIRA JR., 2010, p. 1)

Schopenhauer, desenvolve o conceito de Vontade e vê nela o elemento fundador do mundo, a Vontade está presente em tudo o que existe. A Representação (*Vorstellung*) do mundo só é realizada pela vontade de um sujeito. O modo como o sujeito entra em contato com o mundo é que se responsabiliza pelo conhecimento representativo desse mundo. O mundo é representado pelo sujeito que é provido de um determinado grau de vontade.

Como um operador de máquinas que utiliza a máquina para resolver as suas atividades diárias, assim, é esse contato do homem em relação ao mundo. O sujeito cognoscente se utiliza de um terceiro para entrar em contato com o mundo. Representar é descrever algum fenômeno utilizando-se de um terceiro elemento. Exemplo disso, é quando nos pedem para descrever a forma de uma árvore, ao fazê-lo nos utilizamos do nosso olho, da nossa mão, da luz, de um lápis e um papel para poder ilustrar representativamente a imagem dessa árvore.

Schopenhauer, afirma que “o mundo é minha representação” (SCHOPENHAUER, 2015, p. 3). Só é possível ao sujeito cognoscente ter representações sobre o conhecimento das coisas do mundo. Não podemos entrar em contato direto com o mundo, o nosso encontro já é sempre uma representação, assim quando conheço a cor verde, conheço ela a partir de uma representação dessa cor e, esse conhecimento é possível pelo uso do sentido da minha visão. Podemos ver isso quando o filósofo, ao falar do sujeito que conhece, diz que é “claro e certo que não conhece sol algum e terra alguma, mas sempre apenas um olho que vê um sol, uma mão que toca uma terra” (SCHOPENHAUER, 2015, p. 5). O filósofo ainda reforça que:

⁴ Maior; grande.

Verdade alguma é, portanto, mais certa, mais independente de todas as outras e menos necessitada de uma prova do que esta: o que existe para o conhecimento, portanto o mundo inteiro, é apenas objeto em relação ao sujeito, intuição de quem intui, numa palavra, representação. (SCHOPENHAUER, 2015, p. 3)

Schopenhauer, elenca dois elementos fundamentais que tornam essa representação do mundo possível, o sujeito e o objeto. Sem esses dois não é possível a representação do mundo. Objeto e sujeito são dois elementos inseparáveis, mas que possuem formas distintas. O objeto possui forma de “espaço e tempo, e, mediante estes, pluralidade” (SCHOPENHAUER, 2015, p. 6). Quando nos referimos ao mundo esses elementos espaço e tempo se fazem presente intuitivamente em uma pessoa, todo o objeto está localizado em determinado lugar e em certo momento. A pluralidade nos faz perceber que o mundo é composto de vários objetos que ocupam determinados espaços e estão dentro de um tempo. O sujeito, por sua vez, se difere do objeto no fato de ser “aquele que tudo conhece, mas não é conhecido por ninguém” (SCHOPENHAUER, 2015, p. 5), ele não é limitado pelas propriedades de espaço e tempo. O sujeito é cognoscente na medida em que conhece um objeto. É o sujeito que a partir do contato direto que os sentidos têm com o mundo, faz a representação desse mundo. Sem um sujeito que conheça o mundo também não é conhecido. Quando o sujeito cognoscente desaparece, o mundo desaparece com ele. Existe um limite entre sujeito e objeto que Schopenhauer expressa no seguinte:

O sujeito e objeto limitam-se reciprocamente: onde começa o objeto, termina o sujeito. A reciprocidade desse limite mostra-se precisamente no fato de as formas essenciais e universais de todo objeto-tempo, espaço e causalidade-também poderem ser encontradas e completamente conhecidas partindo-se do sujeito sem o conhecimento do objeto, isto é, na linguagem de Kant, residem a priori na nossa consciência. (SCHOPENHAUER, 2015, p. 6)

Portanto, o mundo como representação se dá através de um objeto localizado em um tempo e espaço e com isso pluralidade e, pelo sujeito conhecedor que é capaz de criar representações desses objetos que estão no mundo, a partir da vontade que é o pressuposto metafísico que tudo perpassa.

Schopenhauer, ainda nos apresenta dois modos de representação do mundo. O mundo pode ser representado intuitivamente e racionalmente. Representações intuitivas, “compreendem todo o mundo visível, ou a experiência inteira, incluindo as condições de possibilidade” (SCHOPENHAUER, 2015, p. 7). Assim, quando descrevemos as características de uma árvore, fazemo-la por conta daquilo que os nossos sentidos nos mostram. As representações intuitivas também se dão por uma impressão que tivemos

de determinado evento ou acontecimento. Por outro lado, temos as representações racionais. Essas, por sua vez, são abstratas, ou seja, conceitos. Os conceitos são representações que podem surgir fora da experiência concreta com o mundo intuitivo. Contudo, aquele sujeito cognoscente pode representar o mundo dessas duas formas citadas anteriormente.

O tempo e o espaço são a causalidade da matéria. O tempo e o espaço são dois elementos fundamentais para a constituição do mundo. São dois aspectos que podem ser representados intuitivamente pelo sujeito de modo separado. A causa do surgimento do mundo material se dá pela união desses dois elementos: espaço e tempo. A matéria surge do fazer-efeito do tempo e do espaço. Esses dois elementos, se representados de modo separado, não são capazes de matéria. O que dá forma à matéria pressupõe o espaço, e a determinação da mudança da matéria só é possível em determinado tempo. Quando se fala da matéria, não é possível não a distinguir em um espaço e num determinado tempo. A união do tempo e do espaço é a essência da matéria. A matéria surge da ação simultânea do tempo e do espaço. A simultaneidade é a causalidade da matéria. O sujeito cognoscente pode representar intuitivamente de modo separado o tempo e o espaço, já, a matéria, por sua vez, não pode existir sem a dependência intrínseca dos elementos espaço e tempo, ou seja, a matéria é o fazer-efeito da união simultânea do tempo e do espaço (SCHOPENHAUER, 2015).

Schopenhauer deixa claro essa dependência da matéria a esses elementos no seguinte pensamento: “tempo e espaço, cada um por si, são também representáveis intuitivamente sem a matéria, esta, contudo, não é sem eles” (SCHOPENHAUER, 2015, p. 10). As formas de espaço, tempo e causalidade são categorias *a priori*, sem as quais não é possível ao sujeito representar o mundo.

2 CRÍTICA À MORAL DE KANT

Neste capítulo queremos apresentar alguns aspectos onde Schopenhauer faz algumas críticas à moral de Kant. Na busca do fundamento da moral em geral, Schopenhauer percebeu que muito se falou da moral e da ética, mas pouco se buscou fundamentá-la, ou seja, se formulou um tanto de princípios éticos e morais, mas pouco se sabe sobre o seu fundamento. Podemos sentir isso quando o filósofo afirma que: “Pregar a moral é fácil, fundamentar a moral é difícil” (SCHOPENHAUER, 1995, p. 1).

No seu livro *sobre o fundamento da moral*, o filósofo propõe trazer o fundamento moral das ações humanas, aquilo que determina que uma ação é boa ou não, o que pode ser considerado agir ético ou não.

É nesse itinerário que nos propomos trazer aqui algumas críticas que Schopenhauer faz ao seu admirável mestre Kant, o filósofo da *razão pura*. Schopenhauer, reconhece os méritos de Kant, sobretudo, no que diz respeito ao fenómeno e a coisa-em-si (númeno). O filósofo, aponta como maior mérito de Kant, o esclarecimento desses dois elementos na teoria do conhecimento, concordando com ele que há entre nós e as coisas um elemento que nos impede de entrar em contato direto com a coisa-em-si e, este é o intelecto (SCHOPENHAUER, 2015). Embora reconheça essa descoberta de Kant, Schopenhauer vai mais além, pois, para ele a coisa em si, que Kant afirma ser impossível conhecer, é a Vontade, que por sua vez é o fundamento metafísico do mundo.

Schopenhauer percebe algumas ingenuidades no sistema filosófico de Kant. Ao formular o seu sistema ético, Kant, procurou se afastar do eudemonismo, mas na análise do filósofo, de *o mundo*, parece que Kant apesar dos seus esforços não conseguiu atingir tal objetivo o que podemos constatar na afirmação seguinte:

Isto na realidade nada mais é do que uma moral que visa a felicidade, apoiada consequentemente no interesse próprio ou eudemonismo, que Kant solenemente expulsou com a heterônoma pela porta de entrada de seu sistema e que de novo se esgueirou sob o nome de Soberano Bem pela porta dos fundos. (SCHOPENHAUER, 1995, p. 27-28)

O autor de *o mundo*, questiona a ética do dever. Analisando esse sistema ético, o autor percebe que essa filosofia ética kantiana se fundamenta em um tipo de lei superior que seria regente da ação humana, chamado pelo filósofo de imperativo-categórico. Kant, afirma que: “Numa filosofia prática não se trata de dar fundamentos daquilo que acontece, mas leis daquilo que deve acontecer, mesmo que nunca aconteça” (SCHOPENHAUER, 1995, p. 23). Schopenhauer, a partir dessa tese, tece alguns questionamentos:

Quem nos diz que há leis às quais nossas ações devem submeter-se? Quem vos diz que deve acontecer o que nunca acontece? O que vos dá o direito de antecipá-lo e logo impor uma ética na forma legislativo-imperativa como a única para nós possível? (SCHOPENHAUER, 1995, p. 23)

Schopenhauer, pensa contrário ao seu mestre, pois, para ele, assim como a filosofia não tem o poder de criar normas, mas apenas interpretar e explicitar o existente, assim, também não existe leis as quais as ações humanas devem se submeter (SCHOPENHAUER, 2015).

Kant, busca a ideia de uma lei universal ao afirmar “age apenas segundo uma máxima tal que possas ao mesmo tempo querer que ela se torne lei universal” (KANT, 2001, p. 59 apud BITTENCOURT, 2011, p. 5). Com os questionamentos de Schopenhauer, a possibilidade de encontrar uma lei universal que rege as ações humanas é descartada.

Na ética kantiana, toda ação moral é regida pelo dever e, todo e qualquer sentimento em relação àquele que pratica a ação e aquele que se beneficia de tal ação é deixada de lado, pois, poderia ser um empecilho no cumprimento da lei moral (BITTENCOURT, 2011). Já, para Schopenhauer, esse tipo de atitude movida apenas pelo dever, é vista como um tipo de ação autômata e não é considerado um ato moral, pois, na base dela estaria escondida um tipo de egoísmo, ou seja, seria um cumprimento da lei para benefício próprio, visando a recompensa ao praticar tal ato. Podemos perceber isso na afirmação seguinte:

É simplesmente impossível pensar uma voz que comanda, venha ela de dentro ou de fora, a não ser ameaçando ou prometendo. Mas, assim, a obediência em relação a ela mesma, que, de acordo com as circunstâncias, pode ser esperta ou tola, será sempre, todavia, em proveito próprio e, portanto, sem valor moral. (SCHOPENHAUER, 1995, p. 27)

Na afirmação acima podemos perceber que a ação fica condicionada a um prêmio ou castigo. E assim a liberdade da ação é posta em questionamento, como pode uma ação ser livre fixada nesses critérios para que ela seja moral? Outra ingenuidade que aparece nesse sistema é a ideia de uma vontade livre no proceder moral. A ideia de vontade livre, parece não estar bem fundamentada ou pelo menos não ter o seu efeito, já que a vontade deve ficar condicionada a uma lei, que aparece na roupagem de imperativo-categórico. O imperativo-categórico na moral kantiana, aparece como a manifestação da razão pura, pois, é ela que dita a regra geral da ação moral do humano, regendo, assim, a ação para não ser desvirtuada por outras inclinações naturais no homem, já, que ela não é a única condição que determina a vontade do homem como afirma Kant:

Mas, para um ser, no qual a razão não é o único princípio determinante da vontade, esta regra é um imperativo, isto é, uma regra que é designada por um dever (Sollen), que exprime a obrigação (Nötigung) objetiva da ação, e significa que, se a razão determinasse inteiramente a vontade, a ação dar-se-ia inevitavelmente segundo esta regra. (KANT, 1984, p. 30 apud CERQUEIRA, 2015, p. 235).

Schopenhauer, ainda vê a moral kantiana associada “a ação moral guiada pela mera adequação ao princípio formalista de dever ao Decálogo Mosaico” (SCHOPENHAUER, 2005, p. 25 apud BITTENCOURT, 2011, p. 6). O sistema moral kantiano que se propunha desafastar-se de qualquer inclinação metafísica que regesse as ações humanas, acaba não tendo sucesso no cumprimento desse objetivo, pois, aqui as leis são dadas a partir de um ser transcendente, que é forjado na forma de imperativo-categórico. Isso se confirma por Schopenhauer na seguinte constatação: “Kant emprestou da moral teológica, silenciosamente e sem ser visto, a forma imperativa da ética” (SCHOPENHAUER, 1995, p. 29).

Kant, ao fazer o seu sistema filosófico buscou livrar-se da metafísica tradicional. Mas em contrapartida não conseguiu “deixar de utilizar conceitos independentes da experiência (uma prática que ele mesmo propusera não mais adotar ao tratar de questões relacionadas à filosofia teórica) contrapondo-se a filósofos anteriores” (NASCIMENTO, 2019, p. 95). Kant, afirma a existência de conceitos independentes da experiência que condicionam a conduta humana chamados de *a priori*. Schopenhauer busca se desprender do imperativo-categórico proposto por Kant, já que para ele a filosofia não tem o poder de criar normas, mas o seu papel é de interpretar e explicitar o existente, contrapondo-se assim a questões normativas dentro da ética de Kant (NASCIMENTO, 2019).

Schopenhauer, entra em conflito com a ética kantiana que apresenta elementos *a priori* na ação humana “uma vez que ele renega a possibilidade de uma ética prescritiva e antecipatória, isto é, aquela que propõe um dever postulado de maneira *a priori*” (NASCIMENTO, 2019, p. 96).

Na ética kantiana, todo agir ético é regido pelo princípio ‘Podes porque deves’ (BENDA, 1961, p. 38 apud CERQUEIRA, 2015, p. 233). A ética de Kant é uma ética fundamentada no dever, ou seja, existem leis e princípios que ditam o valor moral das ações humanas e por sua vez essas leis seriam formais e universais. O dever em Kant, é expresso em forma de imperativo-categórico. O imperativo-categórico é que orienta toda ação moral já que ela “propõe uma ação como indispensável em si mesma, incondicionalmente” (CERQUEIRA, 2015, p. 236). Em Kant, a vontade deve se submeter à razão. A vontade dentro da conduta humana não deve orientar-se a si mesma, pois ela é passível de coação o que a levaria a uma conduta humana sem ética, portanto, para evitar esse desvio ela precisa estar submetida à razão pura prática, que se manifesta no imperativo-categórico que orienta a vontade a um caminho ético, a vontade deve ser orientada pelo dever.

Ainda para Kant “A simples forma da lei não pode, portanto provir se não de uma faculdade não-sensível que transcenda simultaneamente todos os fenômenos e seus princípios de causalidade” (HÖFFE, 1993, p. 131 apud CERQUEIRA, 2015, p. 237). Em Kant, as ações morais são movidas por um tipo de lei transcendental, para tanto, Kant busca “examinar são os princípios da razão prática que, a seu ver, podem efetivamente determinar a nossa vontade independentemente das inclinações e desejos naturais [...]” (RAWLS, 2005, p. 173 apud CERQUEIRA, 2015, p. 233). Schopenhauer, se mostra contrário à determinação da ação através de leis universais que orientam as ações humanas.

Schopenhauer, percebe que Kant foi muito perspicaz em formular o seu sistema ético, mas percebe nele uma dificuldade na questão da fundamentação desse mesmo sistema apesar de “dar-lhe aparência sólida” (SCHOPENHAUER, 1995, p. 20).

É possível observar nessa discussão, que Schopenhauer percebe os esforços empreendidos por Kant no seu sistema ético. “Em Kant o princípio ético apresenta-se como algo totalmente independente da experiência e do seu ensinamento, como algo transcendental ou metafísico” (SCHOPENHAUER, 1995, p. 20). Mas, Schopenhauer, se contrapôs a esse sistema, já que para ele, o que deveria orientar as ações éticas seria algo empírico e não transcendental como veremos em seguida na proposta do seu sistema ético, que se pauta no sentimento da compaixão. Schopenhauer, apresenta as ingenuidades de Kant no seu sistema. Direcionando-se a Kant Schopenhauer afirma que:

A maioria os reteve sem se ocupar em especial com a sua fundamentação, por ser muito complexa, abstrata e exposta numa forma sumamente artificial, onde Kant teve de aplicar toda a sua perspicácia e seus dons combinatórios para dar-lhe uma aparência sólida. (SCHOPENHAUER, 1995, p. 20)

Assim, para Schopenhauer o sistema ético kantiano aparece como um tipo de moral teológica, apesar de Kant não admitir. Parece que o filósofo da *razão pura*, baseou o seu sistema moral na moral teológica e, a apresentou sobre nova roupagem, como uma ética do dever que busca o Soberano Bem da ação humana, regida por um imperativo-categorico capaz de direcionar a vontade livre do homem àquilo que é ético, à ação moral.

3 ÉTICA DA COMPAIXÃO

Neste último capítulo, abordamos como o filósofo Schopenhauer, formula o seu sistema ético. Diferente do modo como Kant aborda a sua filosofia ética ligada ao imperativo-categorico, que é o responsável por criar leis as quais as ações humanas devem se submeter e nada mais, Schopenhauer, traz um tipo de ética pautada no sentimento. Se podemos dizer que a ética apresentada por Kant é uma ética da razão, podemos também na contraposição, afirmar que a ética de Schopenhauer é uma ética do coração, do sentimento.

Schopenhauer, percebe que antes de falarmos propriamente de uma ação ética devemos buscar o que a fundamenta,

Qual aspecto de nossa natureza a moralidade advém – se ela é o resultado de nossa natureza racional ou de nossa natureza passional ou sensitiva – e o que nos motiva a agir moralmente (desejos, impulsos, por um lado, ou argumentos e deduções, por outro. (DALCOL; ALÓS, 2019, p. 264)

Nos debates filosóficos sobre a hierarquia entre razão e vontade, Schopenhauer restringe o papel da razão e dá maior ênfase à vontade. Tira a razão do centro na

construção da essência humana e considera a vontade como sendo a principal característica do homem. Uma vontade que é cega, irracional.

Schopenhauer tira a razão do centro, no que diz respeito à constituição da ação do mundo. O mundo não é mais aquele algo que é totalmente racional e que tende sempre a um objetivo, pelo contrário, ele é totalmente constituído de Vontade que é irracional, cega e completamente livre. É também representação de um sujeito. A vontade se manifesta de modo pleno no homem. A vontade é a constituição da essência do mundo e conseqüentemente do homem que habita o mundo e o representa. Assim, as ações humanas, também não estão ausentes dessa motivação que vem da vontade. Para compreender a ética de Schopenhauer o elemento vontade e representação são essenciais (DALCOL; ALÓS, 2019).

“A Vontade é em si mesma irracional, marcada pela carência, dado que os seres humanos como expressão de objetivação dessa Vontade, estão inseridos em um jogo de afirmação e negação ou supressão da vontade” (DALCOL; ALÓS, 2019, p. 270). Já a representação é o lugar,

Onde os seres encontram-se fisicamente determinados, através do princípio de individuação, é regida pela necessidade: cada coisa, como fenômeno, isto é, como objeto, é absolutamente necessária; conseqüentemente, não há liberdade no campo dos fenômenos. Essa estruturação vale também para o ser humano, que é “o fenômeno mais perfeito da Vontade”. (SCHOPENHAUER, 2005, p. 373 apud DALCOL; ALÓS, 2019, p. 271)

Se por um lado, a Vontade, que é o fundamento do mundo é livre, por outro lado temos a representação que não é, pois, só é possível representar quando há um sujeito e um objeto como vimos no primeiro capítulo dessa nossa comunicação.

Por um lado, o querer (Vontade) é o que há de mais íntimo em nós. Por outro lado, os atos do nosso corpo ocorrem no tempo e no espaço, ligados pela lei da causalidade. Efetivamente, cada um de nós reconhece a Vontade e sua passagem para o ponto de vista da representação. (NOGUEIRA JR., 2010, p. 2)

Tendo apresentado rapidamente os conceitos de vontade e de representação, nos debateremos na discussão de ética. Antes de traçarmos as considerações sobre a ética da compaixão, queremos trazer alguma definição de ética.

A ética é considerada uma área dentro da filosofia que busca se debater com as questões ligadas ao agir do homem, à conduta da pessoa em particular e, dentro da sociedade (ABBAGNANO, 2007). Nessa senda vários filósofos deram seu contributo para tentar fundamentar o que move a ação humana. Nessa vertente a discussão sobre uma ação ser considerada moral ou não é a grande questão.

Schopenhauer, identifica três elementos que estão na base da fundamentação das ações humanas: o egoísmo, a crueldade e a compaixão. Dentre essas motivações, o egoísmo aparece como sendo “a potência mais determinante do agir humano, mas não lhe concede exclusividade” (NOGUEIRA JR., 2010, p. 3). O egoísmo é causa de sofrimento, já que o homem movido por tal motivação procura somente sua própria satisfação sem se importar com o outro. É o egoísmo, uma ação separada e que causa dor e sofrimento ao outro criando uma divisão do eu e tu, mas que em última instância causa sofrimento a si mesmo, pelo menos levando em conta a unidade metafísica da Vontade que constitui os seres no mundo. O filósofo, busca combater todo o tipo de egoísmo na ética. Essa motivação egóica está assentada no princípio de individuação. “O princípio de individuação é o principal responsável pelo egoísmo, um agente motivador que Schopenhauer considera incompatível com qualquer ação moral genuína” (DALCOL; ALÓS, 2019, p. 270). Esse princípio cria uma ilusão de separação do eu e o mundo.

É a ilusão fenomênica gerada pelo princípio de individuação, isto é, a separação espaço-temporal entre os inúmeros seres vivos, que motiva o sentimento e a percepção de distanciamento do eu em relação ao mundo circundante. (BITTENCOURT, 2010, p. 56)

Quando a ação é movida por esse princípio, aquele que age de modo egoísta, age de modo isolado, ou seja, age separando-se do outro. O egoísmo leva o sujeito que age a querer somente o bem de si próprio sem se importar com o outro e com o mundo que o cerca. Uma ação pautada apenas no benefício próprio, jamais pode ser considerada moral na visão de Schopenhauer.

É do ponto de vista da representação que existem, pois, indivíduos separados, e, aí, o egoísmo se faz presente como o motivo antimoral por excelência. Em contrapartida, do ponto de vista da Vontade, é a mesma essência que se manifesta, tornando possível o surgimento da compaixão, que é o fundamento das demais virtudes, a justiça e a caridade, e de toda ação que tenha um valor moral. Aí se mostra a interdependência dessa ética e da metafísica, pois no mundo que fosse considerado apenas do ponto de vista ideal, no mundo tomado como representação, nenhum sentido moral poderia ser atribuído à ação humana. (CACCIOLA, 1994, p. 158)

O outro agente motivador das ações humanas é a crueldade, que tem o seu surgimento a partir do egoísmo e vai ganhando força própria. A crueldade aparece como a satisfação do sujeito pelo sofrimento do outro. A pessoa que age movida pela crueldade se alegra quando vê o outro passando por situações que causam dor e sofrimento. O filósofo expressa essa motivação no pensamento seguinte:

Para a maldade e a crueldade o sofrimento e a dor de outrem são fins em si; alcançá-los é o que dá prazer. Por isso constituem uma alta potência de maldade moral. A máxima do mais extremo egoísmo é: “*neminem iuva, imo omnes, si forte conducit, laede!*” [não ajudes a ninguém, mas prejudica a todos, se acaso fores levado a isso], A máxima da maldade é: “*omnes, quantum potes, laede*” [prejudica a todos que puderes]. (SCHOPENHAUER, 1995, p. 126)

Como apresentado no pensamento acima, a crueldade, só se importa com o mal do outro. A ação cruel não descansa, seu objetivo consiste em prejudicar o outro. A crueldade expressa uma constante luta travada contra o outro. Com isso, fica claro que, assim como do egoísmo não pode vir nenhum ato moral, da crueldade também não pode surgir nenhuma ação moral. A crueldade é antimoral. O autor percebe a dificuldade de um agir moral e, expressa isso no seguinte pensamento:

Torna-se claro como é bem difícil o problema de encontrar uma motivação que possa mover o homem a um modo de agir oposto a todas aquelas tendências profundamente enraizadas na sua natureza, ou, se acaso aquele modo de agir fosse dado pela natureza, como é bem difícil dar conta dele de modo suficiente e não artificial. (SCHOPENHAUER, 1995, p. 127)

Descartando esses dois motivadores da ação humana citados acima, o egoísmo e a crueldade, que contribuem para o mal-estar de outrem, Schopenhauer, se atém à compaixão que vai na direção contrária desses dois elementos apresentados. Para o filósofo em questão da nossa discussão, o fundamento moral da ação humana é a compaixão. Esse conceito de compaixão, ganha um significado mais profundo e transcende toda a compreensão do senso-comum na perspectiva schopenhaueriana. Bittencourt, aponta que a compaixão é: “uma experiência de abertura para a compreensão imediata da figura do outro, fundida ao nosso próprio ser” (BITTENCOURT, 2010, p. 56). Mais do que “sofrer-com” como nos mostra o significado de compaixão (*mitleid*) no alemão, ela é essa profunda experiência que não vê o outro separado ou fora de mim, mas como parte integrante daquilo que sou.

O sentido axiológico da compaixão não se prende apenas no sentir o sofrimento e a dor do outro. Como aponta Bittencourt, ela tem sentido “muito mais ampla do que o ato de se compartilhar o sofrimento alheio na sua própria pessoa” (BITTENCOURT, 2010, p. 56).

Como vimos no capítulo anterior sobre a crítica à ética kantiana, Schopenhauer, afirma que “combinações artificiais de conceitos de qualquer espécie não podem nunca, quando se leva a sério o assunto, conter o verdadeiro impulso para a justiça e a caridade” (SCHOPENHAUER, 1995, p. 108). A busca pela ação virtuosa no homem não pode ser condicionada por leis dadas pela razão, não são os conceitos que determinam as ações compassivas e caritativas do homem.

Schopenhauer, ao formular a sua filosofia buscou se libertar de qualquer forma de imperativo, mas na ética, a compaixão parece ser um imperativo no que diz respeito à consideração de ação genuinamente virtuosa, como é o caso da caridade e da justiça, o que podemos sentir na seguinte tese de que: “uma ação somente possui valor moral quando ela surge da compaixão, e toda ação que se produz por qualquer outro motivo não tem nenhum valor” (SCHOPENHAUER, A. M, § 16, p. 136 apud BITTENCOURT, 2010, p. 57).

A ação moral deve buscar sempre uma unidade, uma integralidade onde o outro é considerado e sempre respeitado. Assim, “o fundamento da ação moral autêntica origina-se da identificação do agente com o outro, da supressão do princípio de individuação aos olhos do indivíduo que age” (BITTENCOURT, 2010, p. 57). A compaixão é uma experiência de unidade. O sujeito que age está ligado ao outro que se beneficia dessa ação. Na ação compassiva, diferente da ação egoísta, há unidade entre o eu e o mundo que circunda aquele que age. Todos os seres apresentam a mesma essência constitutiva que é a Vontade. A ação compassiva nos apresenta essa unidade entre os seres que é possível observar na máxima védica “*tat tuam asi*”, ou seja, “esse vivente és tu” (SCHOPENHAUER, 2015, p. 254). Qualquer ação praticada pelo sujeito, não é feita de modo separado como acontece no egoísmo. Como apontado por Bittencourt, a compaixão é:

O sentimento de integração interpessoal e a experiência de unidade ontológica que associa intimamente o “eu” e o “outro” homem sofredor com o homem que se compadece por pelo fato de ver concretamente a manifestação brutal da dor alheia, pois a compaixão se caracteriza por levar o homem ético a vivenciar no seu íntimo a realidade interior do outro, seja o mal que o aflige ou mesmo o bem que o satisfaz. (BITTENCOURT, 2010, p. 57)

Diferente de Kant que traz a ação moral como aquela que o sujeito agente age sem nenhum afeto com aquele a quem a ação é realizada, Schopenhauer, propõe um outro caminho, como já expressamos no pensamento acima.

Schopenhauer também acusa a ética de Kant, de ser aquela que busca um interesse próprio por parte daquele que realiza uma ação moral, pois, a considera ser uma ação voltada somente para o próprio ego, já, que quando se age por dever o que nos move é o medo de uma punição ou uma recompensa. Schopenhauer, considera o ato moral, que se funda na compaixão, totalmente desinteressado de qualquer recompensa. Aquele que age moralmente não o faz em busca de ser recompensado por tal ato, apenas quer que a justiça aconteça. Quem pratica uma ação moralmente genuína, “mesmo se for pobre, simplesmente não aceita nenhuma recompensa, porque sente que o valor metafísico de sua ação sofreria com isso” (SCHOPENHAUER, 1995, p. 208).

Como é possível ao homem cuja vontade de se sobrepor em relação ao outro, buscar o seu próprio bem-estar pessoal acima de tudo, agir de modo compassivo? O que pode levar o

homem que possui um incessante querer afirmar a sua própria vontade a todo custo, respeitar a vontade do outro e participar de seu sofrimento ou alegria? O que pode fazer com que o homem deixe de se ver a si próprio como sendo o centro do mundo, para dar lugar ao outro?

Para essas questões, Schopenhauer vai desenvolver o conceito de negação da vontade de vida. Para que essa negação aconteça, o indivíduo precisa parar de querer afirmar a sua vontade que é causa de conflito entre ele e os outros seres do mundo, com isso, pode encontrar uma unidade entre ele e outros seres do mundo. A atitude de negação da vontade de vida, extrapola o egoísmo preso ao princípio de individuação.

A visão que transpassa o *principium individuationis*⁵ é a origem e essência tanto da justiça quanto, ao atingir um grau mais elevado, do amor e da nobreza de caráter; visão essa que, ao suprimir a diferença entre o próprio indivíduo e os outros, é a única que torna possível, e elucida, a perfeita bondade de disposição, o amor desinteressado e o mais generoso autossacrifício pelos outros. (SCHOPENHAUER, 2015, p. 439)

Essa negação, acontece quando aquele indivíduo que buscava apenas o seu próprio bem-estar, toma a decisão de abdicar dessa atitude de afirmar a sua pulsão. Esse processo vai tomando corpo, quando o indivíduo transpassa o princípio de individuação e passa a conhecer a essência do mundo e o conflito íntimo e o sofrimento constante que há no mundo e, que considera vão, chegando à resignação que é a quietude de todo e qualquer querer (SCHOPENHAUER, 2015).

Portanto, a negação da vontade de vida traz ao indivíduo o conhecimento da essência do mundo como acima apresentado, que lhe proporciona uma atitude mais íntima em relação a si mesmo e ao mundo, que o filósofo expressa no seguinte pensamento:

Então, daí, segue-se automaticamente que esse ser humano reconhece em todos os seres o próprio íntimo, o seu verdadeiro si mesmo e desse modo tem de considerar também os sofrimentos infinitos de todos os viventes como se fossem seus: assim, toma para si as dores de todo o mundo; nenhum sofrimento é-lhe estranho. (SCHOPENHAUER, 2015, p. 439)

A experiência da compaixão é uma atitude integral de unidade do ser. Nela não há mais uma desintegração causada pelo egoísmo que separa os seres buscando apenas a satisfação do seu próprio querer e sem bem-estar, mas o que acontece com o outro acontece também comigo, seja o que for. A esse conhecimento se integra a máxima: *neminem laede, imo omnes, quantum potes, iuva!*⁶ (NOGUEIRA JR., 2010, p. 4). O homem compassivo, busca apenas o bem-estar de outrem, se desprende de tudo aquilo que poderia causar algum mal ao outro que com ele compartilha o mundo.

⁵ Princípio de individuação.

⁶ Não faças mal a ninguém, mas antes ajuda a todos que poderes!

CONCLUSÃO

Conclui-se que o mundo é o conhecimento de um sujeito, ele é a representação de alguém. O conhecimento do mundo é completamente dependente de um sujeito cognoscente, que por sua vez, é dotado de um determinado grau de Vontade que constitui a totalidade do mundo. A mesma representação que o sujeito faz do mundo, é a mesma que cria uma separação entre os indivíduos. A representação faz surgir um sujeito que conhece e um objeto de conhecimento, através do princípio de individuação criando assim divisão entre os seres do mundo, levando cada um a querer afirmar sua própria vontade e o seu próprio bem-estar aniquilando os outros se necessário, levando-nos a um estado constante de “guerra de todos contra todos” como apontado por Hobbes.

A razão que aparece em forma de imperativo-categórico na ética kantiana, não daria conta de uma conduta humana moral. O dever, na compreensão ética schopenhaueriana, não seria capaz de fazer brotar uma ação moral como é defendida por Kant, seria mais uma forma de egoísmo, que levaria apenas ao bem-estar de si mesmo, ou seja, a afirmação da própria vontade, elemento que Schopenhauer busca se desprender no agir genuíno ético, pois, é a afirmação da vontade causadora de conflito e separação entre os seres no mundo. O agir ético também deve estar completamente desligado da ação movida pela crueldade, que é a fonte causadora do sofrimento e da dor do outro. O querer o mal-estar do outro a todo custo, não pode nunca fazer nascer um ato moral. A satisfação própria com a desgraça do outro jamais levaria a um bem moral. Desligando-se dessas motivações, o ato moral genuína brota do sentimento de compaixão. Ao contrário das atitudes que impulsionam o querer manter sempre seu próprio bem-estar acima de tudo, a compaixão busca o bem-estar do outro e nada mais. O homem compassivo deseja apenas que o sofrimento do outro seja aliviado. A compaixão é aquele motivador capaz de olhar e se identificar com o outro que sofre ou se alegra e, restituir, através da busca constante da negação da própria vontade e do próprio querer, a unidade perdida do mundo. O homem compassivo se reconhece como sendo uma unidade com todos os seres do mundo e, com isso, não causa sofrimento a outrem já que tal procedência contra o outro, seria um reflexo da ação contra si mesmo.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, N. **Dicionário de filosofia**. Tradução da 1ª edição brasileira coordenada e revista por Alfredo Bossi; revisão da tradução e tradução dos textos Ivone Castilho Benedetti. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- BITTENCOURT, R. N. Justiça, caridade e compaixão na Metafísica da Ética de Schopenhauer. **Revista Voluntas — Estudos sobre Schopenhauer**, v. 1, n. 1, p. 49-70, jan./jun. 2010.
- BITTENCOURT, R. N. Schopenhauer, Nietzsche e a crítica ao formalismo da moral kantiana. **Revista Voluntas — Estudos sobre Schopenhauer**, v. 2, n. 1, p. 3-21, jan./jun. 2011.
- CACCIOLA, M. L. Schopenhauer e a crítica da razão. A razão e as representações abstratas. **Discurso**, n. 15, p. 91-106, 1983. <https://doi.org/10.11606/issn.2318-8863.discurso.1983.37913>
- CACCIOLA, M. L. M. O. **Schopenhauer e a questão do dogmatismo**. São Paulo: EDUSP, 1994.
- CERQUEIRA, M. C. O formalismo moral em Kant: autonomia e vontade. **Griot: Revista de Filosofia**, v. 12, n. 2, p. 227-239, dez. 2015.
- DALCOL, M. S.; ALÓS, A. P. Pressupostos Metafísicos para a fundamentação moral em Schopenhauer. **Ethic@**, v. 18, n. 2, p. 263-284, 2019.
- MENDONÇA, M. M. Schopenhauer e as formas da razão: teórico, prático e o ético-místico. **Kriterion: Revista de Filosofia**, v. 53, n. 125, p. 311-315, jun. 2012.
- NASCIMENTO, M. C. Filosofia, dogmatismo e engajamento nas Investigações Filosóficas de Wittgenstein. **Cadernos PET-Filosofia (UFPR)**, v. 18, p. 263-288-288, 2019.
- NOGUEIRA JR., R. **A ética da compaixão na filosofia de Schopenhauer**. Petrópolis: Vozes, 2010.
- PONCHIROLLI, O. Reflexão antropológica da violência a partir das atividades liberativas da Filosofia de Schopenhauer. **Kalagatos — Revista de Filosofia**, Fortaleza, v. 6 n. 11, p. 109-133, 2009.
- PAULA, W. A. Ordenação moral de mundo e justificação da existência na metafísica de Schopenhauer. **Trans/Form/Ação**, v. 43, n. 1, p. 255-282, jan. 2020.
- SALVIANO, J. O. S. O fundamento epistemológico da metafísica da Vontade de Arthur Schopenhauer. **Trans/Form/Ação**, v. 32, n. 2, p. 101-118, 2009.
- SANTOS, A. R. **Metodologia científica: a construção do conhecimento**. São Paulo: Lamparina, 2015.
- SCHOPENHAUER, A. **O mundo como vontade e como representação**. Trad. Jair Barbosa. 2. ed. São Paulo: UNESP, 2015.
- SCHOPENHAUER, A. Sobre o fundamento da moral. Trad. Maria Lúcia Mello Oliveira Cacciola. São Paulo: Martins Fontes, 1995.